

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 11/2024: CGDEN/DIGAP	
Título e Código do Projeto	UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>11 meses</i>
Número de vagas:	1 (uma)
Enquadramento no Prodoc	Atividade 1.3.7 Realizar diagnóstico das atuais práticas administrativas aplicadas a investimentos em educação e normas correlatas, com proposição de melhorias.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Coordenação-Geral de Programas para o Desenvolvimento do Ensino – CGDEN/DIGAP/FNDE.

Entende-se pela necessidade de contratação de consultoria especializada para a realização de diagnóstico das práticas implementadas para monitoramento de programas, projetos e ações que impactam na qualidade da educação e, assim fortalecer o planejamento, o monitoramento e a execução das ações de programas e projetos educacionais para capacitação de recursos humanos da educação e aquisição de recursos pedagógicos, realizados em parceria com as Secretarias, Fundações e Autarquias do Ministério da Educação e outros órgãos e entidades nas esferas federal, estadual e municipal.

Dessa forma, considerando as necessidades que envolvem os procedimentos, justifica-se a contratação de consultoria para a realização de avaliação dos dados da execução física, orçamentária e financeira dos programas, projetos e ações que impactam na qualidade da educação e, assim, fortalecer a gestão das atividades que envolvam a alocação de recursos orçamentários inerentes às transferências voluntárias e à descentralização orçamentária de projetos educacionais geridos pelo FNDE.

Para a realização dos produtos e resultados esperados, faz-se necessário contratação de consultoria especializada, com expertise em atividades relacionadas ao planejamento, implantação, monitoramento das ações no contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR), incluindo diagnóstico dos pagamentos solicitados e efetivados, apresentando proposta de melhorias.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.3: Processos de planejamento, implantação, monitoramento e execução das ações de apoio e assistência técnica e financeira no contexto do Plano de Ações Articuladas, no âmbito da DIGAP, atualizados.

Enquadramento no Prodoc: Os resultados inserem-se nas atividades previstas na

Atividade 1.3.7: Realizar diagnóstico das atuais práticas administrativas aplicadas a investimentos em educação e normas correlatas, com proposição de melhorias.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

Atividade 1: Realizar levantamento dos processos de transferências financeiras, realizados via sistemas da Administração Federal no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR.

Atividade 2: Mapear os processos de transferências financeiras realizados via sistemas da Administração Federal no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, apontando pendências e dificuldades, com o detalhamento das categorias de pendências, de modo a avaliar os riscos inerentes às ações do FNDE.

Atividade 3: Apresentar diagnóstico dos dados, especificamente das solicitações de pagamentos, considerando o período descrito no cronograma de entregas;

Atividade 4: Elaborar o mapeamento do fluxo dos processos de transferências financeiras, apresentando proposta de revisão.

Atividade 5: Apresentar relatórios técnicos finais com a análise e avaliação dos processos de transferências financeiras realizados via sistemas da Administração Federal no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, incluindo proposta de plano de ação com sugestão de melhorias com base nos estudos realizados.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Em todos os produtos o consultor deverá compartilhar, junto com cada documento técnico, as bases de dados produzidas para a sua elaboração.

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico A contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no primeiro semestre de 2024, nas Regiões Norte e Sul do país, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA.	40 Dias
Documento Técnico B contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no primeiro semestre de 2024, nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA.	100 Dias
Documento Técnico C contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no primeiro semestre de 2024, na Região Nordeste, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA.	155 Dias
Documento Técnico D contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos,	215 Dias

relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no segundo semestre de 2024, nas Regiões Norte e Sul do país, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA.	
Documento Técnico E contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no segundo semestre de 2024, nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA.	270 Dias
Documento Técnico F contendo estudo avaliativo acerca dos processos de transferências financeiras, realizados por meio dos sistemas da Administração Pública Federal, identificando os gargalos tecnológicos e operacionais, fragilidades e pendências, os quais impedem a efetivação dos pagamentos, relativos aos termos de compromisso das ações de aquisição de bens e serviços e obras, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR 4, especificamente no segundo semestre de 2024, na Região Nordeste, visando o aperfeiçoamento do atendimento das demandas da Coordenação de Transferências de Recursos – COTRA.	325 Dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;

- b) Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail prodocdigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicadas serão desconsiderados;
- c) No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;
- d) A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;
- e) O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;
- f) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- g) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de **entrevista** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;
- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;
- e) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prodocdigap@fnde.gov.br;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;

- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

7 - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

A qualificação desejável está especificada e seguirá os critérios apresentados na tabela com critérios de avaliação.

A experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

7.1. Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em Gestão Pública fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b. **Experiência profissional:** mínima de 5 (cinco) anos atividades relacionadas à produção de relatórios, controle e mapeamento de processos, no âmbito da Administração Pública Federal.
- c. **Experiência profissional:** mínima de 5 (cinco) anos em acompanhamento e análise dos programas e projetos relacionados a implementação das políticas públicas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.

7.2. Desejáveis:

- a. Pós-Graduação em umas das seguintes áreas: Gestão Pública ou Administração Pública.
- b. **Experiência profissional** mínima de 1 (um) ano no uso de Sistemas gerenciais de programas e projetos do Governo Federal, como o Sistema de Transferências voluntárias do Governo Federal – Transferegov e o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	Obrigatório: Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em Gestão Pública fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, e desejável certificado pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) em umas das seguintes áreas: Gestão Pública ou Administração Pública.	[100%] 10 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização, e/ou Mestrado e/ou Doutorado em umas das seguintes áreas: Gestão Pública ou Administração Pública; [85%] 8,5 pontos: Graduação.	10

2	Experiência do candidato	Obrigatória: Experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos atividades relacionadas à produção de relatórios, controle e mapeamento de processos, no âmbito da Administração Pública Federal.	[100%] 25 pontos: 7 anos ou mais de experiência; [85%] 21,25 pontos: 6 anos de experiência; [70%] 17,5 pontos: 5 anos de experiência.	25
		Obrigatória: Experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos em acompanhamento e análise dos programas e projetos relacionados a implementação das políticas públicas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.	[100%] 25 pontos: 7 anos ou mais de experiência; [85%] 21,25 pontos: 6 anos de experiência; [70%] 17,5 pontos: 5 anos de experiência.	25
		Desejável: Experiência profissional mínima de 1 (um) ano no uso de Sistemas gerenciais de programas e projetos do Governo Federal, como o Sistema de Transferências voluntárias do Governo Federal – Transferegov e o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC.	[100%] 20 pontos: 3 anos ou mais de experiência; [85%] 17 pontos: 2 anos de experiência; [70%] 14 pontos: 1 ano de experiência.	20
3	Entrevista	Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10

9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail prododigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou

questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF.

Brasília/DF, julho de 2024.